

Secretário Energia S/A.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	49	-
Créditos diversos	4	118	22
Total do ativo circulante		<u>167</u>	<u>22</u>
Não circulante			
Imobilizado líquido	5	13.235	1.382
Total do ativo não circulante		<u>13.235</u>	<u>1.382</u>
Total do Ativo		<u>13.402</u>	<u>1.404</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Secretário Energia S/A.

Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	379	-
Fornecedores nacionais	6	613	73
Obrigações sociais e trabalhistas	7	287	57
Impostos a recolher	8	12	-
Outras obrigações		5	4
Total do passivo circulante		1.296	134
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	5.258	-
Total do passivo não circulante		5.258	-
Patrimônio líquido			
Capital social	10.1	415	415
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.2	6.569	861
Prejuízos acumulados		(136)	(6)
Total do patrimônio líquido		6.848	1.270
Total do passivo e patrimônio líquido		13.402	1.404

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Secretário Energia S/A.

Demonstração do resultado do exercício Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas/ (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(24)	(5)
Depreciação e amortização		(2)	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(26)</u>	<u>(5)</u>
Resultado financeiro líquido	11	(102)	(1)
Resultado antes das provisões tributárias		<u>(128)</u>	<u>(6)</u>
Imposto de renda		(1)	-
Contribuição social		(1)	-
Prejuízo líquido do exercício		<u><u>(130)</u></u>	<u><u>(6)</u></u>
Quantidade de ações		488.254	488.254
Resultado por ação, em reais		(0,2663)	(0,0123)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Secretário Energia S/A.

Demonstração de resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo líquido do exercício	(130)	(6)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(130)</u>	<u>(6)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Secretário Energia S/A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	1	-	-	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	861	861
Integralização de Capital	414	-	-	414
Prejuízo líquido do exercício	-	(6)	-	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>415</u>	<u>(6)</u>	<u>861</u>	<u>1.270</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	5.708	5.708
Prejuízo líquido do exercício	-	(130)	-	(130)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>415</u>	<u>(136)</u>	<u>6.569</u>	<u>6.848</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Secretário Energia S/A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para reconciliar o resultado as atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(130)	(6)
Encargos de empréstimos e financiamentos	102	-
Depreciação e amortização	2	-
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Aumento de créditos diversos	(96)	(22)
Aumento de fornecedores	540	73
Aumento em obrigações trabalhistas	230	57
Aumento em impostos a recolher	12	-
Aumento / (diminuição) em outras contas a pagar	1	(1)
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>661</u>	<u>101</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(11.855)	(963)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(11.855)</u>	<u>(963)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.708	861
Captação de empréstimos e financiamentos (principal e juros)	5.535	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>11.243</u>	<u>861</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>49</u>	<u>(1)</u>
Caixa no início do exercício	-	1
Caixa no final do exercício	49	-
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>49</u>	<u>(1)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Secretário Energia S.A., (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, localizada na Rua Peru, nº 75, Sala 31, Sion, e foi constituída em 26 de janeiro de 2015 e seu prazo é indeterminado.

A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Fagundes (Estado do Rio de Janeiro) através de regime de autorização concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Portaria nº 531, datada do dia 23 de novembro de 2015. A respectiva autorização vigorará pelo prazo de 35 anos.

A usina encontra-se em fase de obras, com início em março de 2017, a previsão inicial de finalização era fevereiro de 2018, sendo que devido a mudança do traçado do conduto forçado o cronograma foi ajustado para finalização em junho de 2018, contando com uma potência instalada de 2,68 MW, com energia contratada assegurada de 1,28MWmed, dos quais 1,20MWmed foram vendidos no 21º Leilão de Energia Nova (A-5) da ANEEL de 30 de abril de 2015, com início do suprimento em 1º de janeiro de 2020 e fim do suprimento em 31 de dezembro de 2049.

O investimento previsto para construção da pequena Central Hidrelétrica (PCH) é de aproximadamente R\$ 17.000.

Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de maio de 2018.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), vigentes até 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem prazos de depreciação do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas usando-se o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustado ao valor justo da transação.

2.2. Moeda Funcional das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de "Reais", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado, em que estes custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado; (ii) mantido até o

vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamento. A depreciação de ativos é calculada com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão para atendimento as normas regulatórias. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando forem prováveis que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

2.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

2.8. Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data de vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Provisões diversas

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10. Reconhecimento da receita

(a) Venda de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- I. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- II. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- III. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(b) Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

2.12. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão identificadas, a seguir: IFRS 9 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração - a partir de 2018; IFRS 15 – Receitas de contrato com clientes – a partir de 2018.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	1	-
Bancos	48	-
Total	49	-

4. Créditos diversos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos a Fornecedores	118	22

5. Imobilizado líquido

Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido 31/12/2017	Imobilizado líquido 31/12/2016
Terrenos	-	403	-	403	403
Reservatório, barragens e adutoras	-	21	-	21	-
Máquinas e equipamentos	2 a 5,9%	17	-	17	12
Móveis e utensílios	10	13	(1)	12	7
Gastos a ratear	-	12.405	-	12.405	941
Sistema de transmissão de conexão	-	377	-	377	19
		13.236	(1)	13.235	1.382

5.1. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	1.382	419
(+) Adições	11.854	963
(-) Depreciação do exercício	(1)	-
Saldo final	13.235	1.382

O ativo imobilizado é composto por aquisição de terrenos, incluindo gastos com regularizações e taxas, bem como gastos com construções em andamento, tais como projetos, mão de obra, material de construção, dentre outros. Os gastos com construção em andamento estão apresentados no grupo de "Gastos a ratear". Após a finalização da obra, os mesmos serão

reclassificados entre imobilizações com “Reservatório, barragem e adutoras” e “Edificações, obras civis e benfeitorias”.

A Administração da Companhia não identificou indicadores de perda de substância econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

6. Fornecedores nacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de materiais e serviços	613	73

7. Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar e encargos	154	41
Provisão de férias e encargos	133	16
Total	287	57

8. Impostos a recolher

Descrição	31/12/2017
Imposto de renda retido na fonte	2
INSS retido na fonte	6
Imposto sobre serviços retido na fonte	3
Pis/Cofins/Csll retido na fonte	1
Total	12

9. Empréstimos e financiamentos

Em 2017, a Companhia firmou contratos de financiamentos mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual efetuou a liberação conforme tabela abaixo

Modalidade	Encargos	31/12/2017
Finame	6% a.a.	5.637
Circulante		379
Não circulante		5.258
		5.637

A parcela do não circulante em 31 de dezembro de 2017 tem os seguintes vencimentos por ano:

Ano	Valor
2019	631
2020	631
2021	631
2022	631
2023	631
2024	631
2025	631
2026	631
2027	210
Total	5.258

Para este contrato a Companhia possui cláusulas restritivas (“Covenants”) normalmente aplicáveis a estes tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiras, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é de R\$ 488.254, dividido em 488.254 ações nominativas, sendo 415.016 ações ordinárias e 73.238 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Desse montante, R\$ 415.151 estão totalmente integralizadas e o restante deve ser integralizado pela Fagundes Energia e Participações Ltda., em bens, créditos ou moeda corrente nacional.

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações	% de participação
América Geração S.A.	415.016	-	415.016	85
Fagundes Energia e Participações S.A.	-	73.238	73.238	15
Total	415.016	73.238	488.254	100

10.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

Refere-se a aportes realizados com intenção de equilíbrio de fluxo de caixa, que foram utilizados para os gastos em andamento da construção da usina.

Saldo de aportes efetuados pela acionista América Geração, que serão convertidos em aumento de capital até 31.12.2018.

10.3. Destinação do lucro

Do lucro líquido apurado, aplicar-se-ão, compulsoriamente: i) 5% para constituição de reserva

legal, até que se atinga 20% do capital social; ii) 25% de dividendos mínimos obrigatórios; iii) saldo remanescente terá a destinação determinada em assembleia geral.

11. Resultado financeiro


	31/12/2017	31/12/2016
Juros sobre empréstimos	(102)	(1)

12. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não era parte em processos judiciais ou administrativos, conforme informações dos assessores jurídicos.

13. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não tinha qualquer operação envolvendo derivativos. Os instrumentos financeiros representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a pagar e estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, quando aplicável, aproximando-se dos respectivos valores de mercado.



Andrew Frank Storfer
Diretor
CPF: 010.515.298-67



Dediel Ueda
Contador
CRC- 1SP-272632/O-0